

A configuração dos Estudos de Defesa

The configuration of Defense Studies

Rev. Bra. Est. Def. ano 1, nº 1, jul./dez., p. 206-222

MANUEL DOMINGOS NETO*

ÁREAS DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

O que são “Estudos de Defesa”? Temos uma associação acadêmica para o desenvolvimento desses estudos e pretendemos que os mesmos sejam apoiados pelo Estado. Entretanto, seu objeto de investigação, procedimentos metodológicos e recursos terminológicos ainda não estão claramente delineados. Aqui apresento sugestões visando contribuir com o delineamento e a institucionalização desses estudos como área do conhecimento científico.¹

Aquilo que conhecemos como “saber científico e tecnológico” resulta do trabalho de uma diversificada comunidade acadêmica e pode ser classificado a partir de múltiplas perspectivas. No âmbito da filosofia e da epistemologia das ciências, por exemplo, a classificação leva em conta ontologias, sentidos e finalidades da busca pelo conhecimento. Já a classificação por agências de fomento visa organizar dados para a concepção e gerenciamento de programas tendo por princípio a avaliação do mérito científico pelos pares.

A classificação das ciências está sujeita à emergência de novos conceitos, objetos, métodos e propensões dos provedores das atividades científicas; precisa ser periodicamente renovada tendo em conta, inclusive, as tendências mundiais. A ciência é dinamizada em diálogos que transcendem fronteiras. É difícil “nacionalizar” uma área do conhecimento. Não há uma “Física brasileira” ou “Química nacional”, por exemplo. Expressões relativas às Ciências Sociais, como “Sociologia brasileira” ou “Antropologia norte-americana”, remetem à ideia de estudos desenvolvidos no Brasil e

* Presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED).

nos Estados Unidos. A ciência nasceu internacionalizada, tomando impulso quando os europeus acessaram os saberes dos “orientais”. Não é à toa que o uso do grego e do latim escoram pretensões universalistas da linguagem científica ocidental.

Ao classificar as ciências, uma agência reflete o posicionamento do poder e contempla demandas dos pesquisadores. Sem negociar com a comunidade acadêmica, a classificação seria inócua. Agentes públicos ou privados não detêm, por si, a capacidade de “criar” uma área do conhecimento; reconhecem ou não realidades estabelecidas pela comunidade acadêmica; retardam ou impulsionam a institucionalidade das áreas.

A institucionalização ocorre mediante confrontos de percepções entre especialistas e de pactos com profissionais de áreas afins. A complexidade da institucionalização decorre da necessidade de compatibilizar interesses dos fomentadores com os de pesquisadores sempre envolvidos em polêmicas e refregas por verbas. Pesquisadores estabelecidos sempre olham de viés os adventícios. Tais disputas são geralmente percebidas como guerras de vaidade ou de busca pelo mando. É verdade que a busca de glória impulsiona a ciência e que os acadêmicos disputam posição de mando, mas os confrontos são essencialmente políticos, já que a produção acadêmica afeta a sociedade os interesses do Estado. O teor político pode ficar encoberto, mas é indefectível. A biografia de um cientista é sempre um relato de sua luta contra ideias e esquemas dominantes. As disputas acadêmicas interferem na classificação das ciências.

No Brasil, a primeira Tabela das Áreas do Conhecimento (TAC) foi estabelecida pelo CNPq na década de 1970 em decorrência da necessidade de avaliar o mérito dos projetos dos pesquisadores, prática induzida pelo Banco Mundial. Com vestes de agente “civilizador”, esse organismo internacional se imiscuia em tudo, inclusive nas práticas acadêmicas. Apesar de confirmar o predomínio da Física, Química, Engenharia, Medicina e Biologia, sempre melhor aquinhoadas com verbas, essa TAC revelou a importância que a Ditadura Militar atribuiu às Ciências Sociais. O voluntarismo do regime requeria cientistas sociais que amparassem reformas conservadoras.

Certamente, os governantes não ditaram os rumos das ciências sociais. É possível restringir ou ampliar a autonomia do cientista, jamais suprimi-la. Não há repressão eficaz ao impulso investigativo. A perseguição da Igreja no ocaso do medievo não impediu o trabalho de Erasmo, More, Da Vinci, Maquiavel... Copérnico, um cônego, bateu de frente com a concepção

de mundo emanada desde Roma e venceu.

A TAC em vigor, publicada em 1984, classificou o conhecimento em quatro níveis hierárquicos tendo a *área* como unidade de referência. A *grande área* agrupou áreas afins, enquanto cada área comportou *subáreas e especialidades*.

Essa classificação está em descompasso com o ensino e a pesquisa no Brasil; seu anacronismo é evidenciado por hierarquias irreconhecíveis e termos em desuso. Há profissionais que não se enquadram convenientemente nessa classificação; sua permanência atribula a coleta de dados estatísticos relativos ao financiamento da pesquisa. Prova de sua defasagem é o fato de o CNPq e a CAPES estabelecerem uma *grande área* designada como “*Outros*”, cujos numerosos itens são listados em ordem alfabética, sem critério lógico.

A TAC em voga agasalha inconsistências conceituais, confundindo *área do conhecimento* com disciplina curricular, linha temática, campo de aplicação e especialidade profissional. A sobrevivência desse anacronismo revela a falta de nitidez das orientações do Estado e o peso do conservadorismo de cientistas mais atentos aos interesses individuais e corporativos que as demandas públicas.

Durante o primeiro governo Lula, uma Comissão Interinstitucional encarregada de propor uma nova TAC mobilizou associações científicas, com destaque para a SBPC e a Academia Brasileira de Ciência, definindo *área do conhecimento* como

o conjunto de conhecimentos interrelacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas.

A construção coletiva referida indica a existência de cursos, periódicos científicos, sociedades acadêmicas especializadas, práticas consagradas, literatura referencial reconhecida etc. Uma área do conhecimento não se baseia na vontade de iluminados, sejam pesquisadores ou autoridade pública.

Ficou evidente a necessidade de certo equilíbrio entre o conservadorismo e a renovação: é impossível descartar abruptamente códigos consagrados, bem como negar especificidades brasileiras. Até o presente, foi inviável uma classificação universal porque os fomentadores da ciência não abdicam de objetivos próprios. A UNESCO nunca se impôs como autoridade mundial na classificação das ciências.

A atualização da TAC não poderia prejudicar o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas; deveria preservar séries estatísticas, compatibilizar informações de diferentes entidades e considerar as propensões terminológicas.

Outro desafio foi classificar trabalhos “interdisciplinares”, desenvolvidos com metodologias combinadas e finalidades abrangentes, tendência alimentada pela especialização. Exemplificando: diversas áreas disputam a hegemonia nos domínios da bioética, nanotecnologia, meio ambiente e educação em ciências. A informatização gera especialidades que não se enquadram em áreas tradicionais. Alguns sugeriram uma grande área que reunisse pesquisas “interdisciplinares”, “multidisciplinares” ou “transdisciplinares”, algo inviável pela dificuldade de adotar critérios de classificação. De fato, nenhum estudo dispensa combinações de recursos teóricos e metodológicos; a rigor, todos podem ser classificados como “interdisciplinares”.

Uma amenização desse problema seria a classificação em apenas três níveis: grande área, área e subárea. Os pesquisadores vinculariam livremente suas *especialidades* às áreas e subáreas que julgassem mais adequadas.

A Comissão propôs a ascensão de algumas subáreas, como nos casos da Geologia, Geodésia e Geofísica, tradicionalmente integradas à Geociência. Relações Internacionais, subárea da Ciência Política, constitui outro exemplo, assim como a Música, tradicional integrante da área Artes. A criação de certas áreas era estimulada pelo interesse público, casos da Engenharia do Petróleo, Arquivologia e Ensino e Divulgação em Ciências, que já contavam com cursos, publicações e pesquisadores identificados.

A área “Defesa e Segurança” reuniria profissionais de perfis variados e integraria a grande área Ciências Humanas, que ficaria assim composta: Filosofia, Sociologia, Antropologia, Arqueologia, História, História da Ciência, Psicologia, Educação, Ensino e Divulgação da Ciência, Ciência Política, Relações Internacionais, Defesa e Segurança, Teologia e Ciências das Religiões.

“Defesa e Segurança” compreenderia as seguintes subáreas: Pensamento Estratégico, Políticas de Defesa e Segurança, Estudos Militares e Instituições de Defesa. Não houve tempo hábil para aprofundar essa proposta. O pequeno contingente de profissionais voltados para os Estudos de Defesa estava disperso. A ABED ainda estava sendo criada. Os pesquisadores integrados escolheriam livremente suas especialidades e suas solicitações às agências seriam apreciados por pares habilitados.²

Uma séria resistência à criação da área “Defesa e Segurança” partiu da

Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), que entendeu os estudos de “Economia Política Internacional” e “Defesa e Segurança” como subáreas de Relações Internacionais, posição que contrariava economistas e especialistas em Defesa. Na época, já proliferavam os cursos e programas de pós-graduação em Relações Internacionais. Com a projeção internacional do Brasil, tais estudos viraram febre.

Sustentei o reconhecimento da área “Defesa e Segurança”, mesmo sem dispor de clareza confortável sobre sua configuração. Agora, acompanhando a produção literária dedicada às Forças Armadas, aos militares, à política internacional e dispondo de melhor ângulo para avaliar o ensino nas escolas militares proponho algo mais refletido.

A RELEVÂNCIA DO MILITAR

O menosprezo ao estudo dos instrumentos de força do Estado e às políticas de Defesa empobrece a percepção dos processos sociopolíticos, culturais e econômicos. Os aparelhos militares foram desenvolvidos paralelamente ao avanço da ciência, da tecnologia, da indústria, às mudanças da sociedade e das estruturas políticas. O surgimento do Estado tem datação imprecisa, mas seus traços modernos se vinculam à evolução de corporações armadas: polícias e exércitos. Não há Estado ou sociedade que prescindam de aparelhos de força e a história não registra sociedades imunes ao derramamento de sangue; confrontos desempenham papel decisivo na história e não dar-lhes atenção apequena a visão acadêmica.

As repercussões dos instrumentos de força são mais evidentes nas sociedades antigas e pré-modernas, cujos cotidianos eram abertamente permeados pela guerra: o guerreiro não se diferenciava do “civil”, o poder político confundia-se com o comando militar e a autoridade religiosa. Confrontos sangrentos entre coletividades representaram momentos de afastamento e agregação de indivíduos e comunidades.³

As corporações militares compõem o braço repressivo do Estado burguês, detêm grande autonomia e tendem a sobrepor-se ao Soberano. A burguesia segmentou funções do aparato público, organizou exércitos permanentes e especializou corporações. O comando de um navio de guerra antigo demandava pequeno contingente de homens treinados; o de um navio moderno requer profissionais de incontáveis especialidades operando em terra, mar e ar.

A modernidade militar se firmou quando as corporações passaram a

influir na produção científica e tecnológica, no controle demográfico, no planejamento e na implantação da infraestrutura, nas condições sanitárias, na estruturação dos conglomerados industriais, na distribuição espacial do trabalho e nas concepções das políticas voltadas para a educação, saúde pública e segurança etc.

A especialização e a profissionalização descolaram as corporações do cotidiano dos cidadãos sem reduzir sua importância na difusão de valores e comportamentos. Guerra e guerreiros são proeminentes nos processos políticos e no inconsciente coletivo moderno, marcando a manifestação artística e o esporte. Competições esportivas têm origem no espírito guerreiro, bem metaforizado no futebol, modalidade mais popular.

Aparelhos de força foram e persistem decisivos na construção de padrões “civilizados”. É leviano desconsiderar seu papel em quaisquer aspectos ou domínios da vida social. Lembremos o elementar: o desenvolvimento das fontes energéticas, metalurgia, indústria química, cartografia, medicina, navegação marítima e aérea, comunicações... Tudo isso foi impulsionado pela guerra e afetou a existência humana.

O ministro Celso Amorim, na abertura do último ENABED, em São Paulo, citou John Adams: “Devo estudar hoje política e guerra de forma que meus filhos tenham a liberdade de estudar matemática e filosofia”. Não teria sido a guerra a impulsora do estudo da matemática e da reflexão filosófica? Cabe alargar o entendimento sobre o papel social das corporações armadas e ter em conta que governantes tentam enobrecer de qualquer jeito a decisão de guerrear.

A política internacional é basicamente fundada na força. Acordos e transações internacionais sem aparelhos militares seriam inimagináveis; a “ordem mundial” e a vida doméstica, seriam quimeras; a proteção contra catástrofes naturais, seria restrita, já que exércitos e polícias são preparados para situações extremas.

Voltando ao Brasil, pensemos no desenho do território, no devassamento e ocupação de “terras abertas”, expressões do instinto colonizador, imbuído do direito divino de explorar riquezas naturais. Pensemos no regime de trabalho escravo, no mapa fundiário (fundamento de desigualdades que se perpetuam), no pacto federativo tortuoso, no traçado das cidades, na construção de estradas, pontes, aquedutos, linhas telegráficas e igrejas. Nada disso teria sido exequível sem as corporações militares.⁴

O desenvolvimento dos Estudos da Defesa contribuirá para jogar luz sobre trajetórias da sociedade e do Estado, propiciando uma revisão lite-

rária de fenômenos e processos decisivos. O debate conceitual e o campo empírico das Ciências Humanas têm muito a ganhar com esses estudos, que ajudarão a superar as limitações e o conservadorismo que têm caracterizado as instituições acadêmicas.

Advertido ou não, o cientista toma partido ao descrever processos históricos, agasalhar obscurantismos e disseminar ideologias; seu trabalho interfere em dinâmicas sociais e estruturas de dominação. A ciência deve jogar a favor de mudanças promissoras para a maioria. Sonhar com uma vida melhor para si e a coletividade; desejar a paz e o respeito entre as sociedades são impulsos irrecorríveis, tal como a contingência de amargar conflitos. Sonho e contingência se confundem, estão no âmago de pregações religiosas, projetos políticos e utopias com as quais a humanidade se substantiva e sem as quais se rebaixa.

A democracia, o desenvolvimento social e a busca de uma ordem mundial menos perversa requerem o desenvolvimento dos Estudos de Defesa. Não há motivos para crer que a guerra se torne coisa do passado e os instrumentos de força entrem em desuso; nem razão para crer que a paz perpétua do abade Saint-Pierre continue encantando os homens ou que Kant e Tolstoi percam seguidores. Indivíduos e coletividades são usuárias da força; Estados detêm instrumentos de dominação sobre indivíduos e sociedades, quaisquer que sejam suas dosagens de arbítrio. Estado é Estado, sociedade não pode ser confundida com Estado. O Estado quer moldar a sociedade, que por seu lado se empenha em pô-lo a seu serviço. Essas trivialidades são ignoradas para confundir.

MILITARES E POLICIAIS

Os Estudos de Defesa são fundamentais para equacionar problemas da garantia da Lei e da Ordem. Malgrado suas diferenças, corporações militares e policiais têm aspectos culturais, orgânicos e funcionais comuns. Na modernidade, com as noções de igualdade e cidadania, foi disseminada a percepção de que cumpre ao militar o enfrentamento externo e, ao policial, o regramento interno. Mas a diferenciação entre os “de dentro” e os “de fora” se coloca desde Platão: o grego seria gente, cabendo ao Estado discipliná-lo; estrangeiro seria bicho eliminável. Apenas o estrangeiro que servisse ao grego seria poupado como escravo ou meteco. Conforme Vernant, metecos viviam em piores condições e representavam socialmente menos que o escravo.

A distinção entre o policial e o militar nunca foi nítida. Exércitos imperiais em missões além-metrópole tornam-se tropas de ocupação e exercem papel de polícia; capacetes azuis da ONU atuam na segurança pública e militares golpistas se ocupam de repressão policial.

A caçada aos comunistas nutriu um atavismo do militar brasileiro. Desde a sua criação, as Forças Armadas exerceram funções policiais; ao longo de sua trajetória, o Exército dedicou-se mais à manutenção da Lei e da Ordem do que ao enfrentamento de agressores estrangeiros. Por sua vez, corporações policiais organizadas militarmente constituíram extensões das Forças Armadas. Indígenas, camponeses sem terra, pobres amontoados nos centros urbanos, nordestinos em metrópoles sudestinas constituíram categorias perigosas, inimigas da ordem iníqua. Em diversas ocasiões representaram literalmente os metecos do Brasil moderno.

Alguns veem a polícia militarizada como herança da última ditadura, mas suas origens remontam à formação da sociedade “nacional”, erigida com o esmagamento de aspirações localizadas cuja legitimidade só pode ser posta em causa com o embelezamento das anexações de populações distanciadas. Demandas de autonomia, na primeira fase do Brasil imperial, seriam condenáveis apenas se o surgimento da nação fosse vantajoso para todos. Mas a “centralidade” do Império foi um pacto no qual a Coroa respeitaria a força dos senhores de terra e de gente. Designados pelo Imperador, presidentes de províncias não detinham capacidade executiva-operacional para submeter oligarquias. As polícias militares nasceram para garantir o ordenamento escravista e, na Primeira República incluiriam em suas tarefas a contenção do intervencionismo federal.

Em certos países, com população reduzida, território limitado e economia débil, não há distinção entre o policial e o militar. Até recentemente, as forças armadas latino-americanas, acompanhando doutrinas do Pentágono, assumiam como missão principal derrotar “inimigos internos”. Hoje, absorvendo as chamadas “novas ameaças”, convalidam as “velhas” e mostram não ter superado a mentalidade colonial e policialesca.

Aparelhos militares serão cada vez mais complexos, dispendiosos e decisivos. Caso a sociedade não disponha de conhecimentos especializados, não poderá controlá-los. O poder civil não deliberará soberanamente acerca de suas missões constitucionais, gastos e alcance operacional; não definirá o tipo de comandante que lhe convém; não controlará sua permanente modernização nem gerenciará os múltiplos aportes que podem oferecer aos que arcam com as despesas.

É ingenuidade crer que o militar “voltou ao quartel” e nele permanece. O afastamento do mando político nada tem a ver com um recolhimento relativamente aos negócios do Estado e da vida social. Como instrumento essencial à vida em sociedade e peça-chave do poder, o militar persistirá atuando ostensiva e capilarmente.

O poder civil precisa compreendê-lo, captar seu etos e animus; apor restrições à sua autonomia; acompanhar suas clivagens e dissensos; decifrar seus sinais e observar suas relações incestuosas com a indústria de guerra, cuja voracidade e teias se esparramam sobre os processos sociais. O Executivo, o Parlamento e o Judiciário precisam de estudos especializados sobre as organizações militares domésticas e estrangeiras; não podem prescindir de assessorias civis conhecedoras da política de Defesa. Sem o especialista distanciado de casernas, indústrias e prestadores de serviços especializados, serão reféns de comandantes e empresários; assinarão cheques em branco a engenhosas e opacas corporações.

Obviamente, refiro-me aos especialistas não capturados pelo objeto de estudo, não interessado em medalhas e distinções militares. Estes, não opinarão em favor de mudanças que contrariem a percepção militar; silenciará frente aos desvios corporativos e não contribuirá com a construção da democracia.

RESISTÊNCIA CORPORATIVA

Corporações militares são avessas às mudanças sociais e ciosas do controle sobre os assuntos de Defesa. No caso brasileiro, nenhum titular do Ministério da Defesa promoveu mudanças de profundidade nas instituições militares, que estão em descompasso com as dinâmicas doméstica e internacional. Os governantes não dispõem de assessorias civis aptas a opinar com propriedade sobre ensino militar, cooperação entre as Forças, produção técnico-científica e industrial, sistemas de recrutamento, acordos com estrangeiros e redistribuição de efetivos, para citar de passagem, exemplos da lista interminável de temas que demandam olhar treinado. Nenhum desses aspectos é rigorosamente “técnico”, todos são essencialmente políticos.

Para atender às demandas do Estado engajado na promoção da afirmação soberana, igualdade social e democracia as Forças brasileiras precisam mudar. E mudanças exigem estudos desenvolvidos com autonomia. Aos que denunciam o “sucateamento” das Forças Armadas caberia, com ênfase

igual, demandar recursos públicos para os Estudos de Defesa e não esquecer algo importante para a legitimação das instituições militares: o pedido de desculpas por crimes praticados durante as ditaduras. Jovens cadetes seguem aprendendo a louvar o Golpe de 1964 como se o obscurantismo ditatorial tivesse sido um bem para o país. O pensamento doutrinário do militar brasileiro ainda se fundamenta nessa falsa premissa. Oficiais em início de carreira são confrontados com denúncias cotidianas de malfeitos de suas corporações. Só a grandeza do pedido de perdão pode dar fim aos constrangimentos e instaurar o orgulho corporativo sadio.

Demonstração de que as Forças Armadas brasileiras persistem ensimesmadas é o fato de o Ministério da Defesa não consultar a sociedade ao formular diretrizes concernentes à Defesa. Os critérios para a composição das diversas reuniões que precederam à elaboração do Livro Branco de Defesa são insondáveis; a representatividade dos que debateram as formulações deste importante documento foi indiscutivelmente limitada; o seu envio ao Congresso foi ato burocrático; esclarecimentos pela imprensa não foram perceptíveis.

Mesmo que o Livro Branco contenha avanços, dependendo do ângulo do observador, tanto o Estado quanto a sociedade permaneceram reféns do saber e da vontade de corporações que têm seu jeito próprio de perceber processos sociais bem como percepções próprias das ameaças ao Estado e à sociedade.

Repetindo: o estudo dessas corporações demanda qualificação. É necessário estimular as universidades para contribuir com a formulação, o acompanhamento e a administração das orientações relativas à Defesa. No mundo acadêmico, corporações e assuntos militares sempre foram tidos como objetos de estudo pouco relevantes. Ultimamente, um maior número de pesquisadores vasculham as corporações, seus integrantes e doutrinas, mas é rarefeita e precária a oferta de disciplinas e programas de pós-graduação que tematizem o militar e os assuntos relacionados ao uso da força. Os acervos bibliográficos especializados disponíveis são pobres e os periódicos acadêmicos, assim como os projetos de pesquisa, não recebem estímulos adequados.

Agências de fomento, absorvidas com demandas específicas da comunidade científica, não reagem a esta situação. A CAPES, o CNPq, a FINEP, o IPEA e as fundações estaduais de amparo à ciência não dispõem de assessorias habilitadas para o julgamento do mérito de propostas acadêmicas da área. Professores e pesquisadores voltados para esses estudos disputam

bolsas e auxílios em desvantagem com colegas de áreas e especialidades consolidadas; seus projetos são julgados a partir de critérios inadmissíveis ou inalcançáveis. Pesquisadores do CNPq dedicados aos Estudos de Defesa, por respeitáveis que sejam seus desempenhos, encontram dificuldades de promoção hierárquica. A oferta de bolsas é limitada e regida por feudos acadêmicos.

O militar brasileiro ainda não demonstrou pretender contar com acadêmicos livres do aval corporativo. Os resultados dos editais do Programa Pró-Defesa, uma parceria da CAPES com o Ministério da Defesa, deixam isso evidente: a maior parte dos recursos é destinada ao que interessa às Forças Armadas, não aos que estudam as Forças Armadas, as políticas de Defesa e as temáticas correlatas. A ABED empenhou-se em vão na presença de acadêmicos especializados na comissão avaliadora deste programa.

Estão em curso programas de investimentos para a capacitação tecnológica das Forças Armadas que somam mais de 120 bilhões de reais. É necessário compatibilizar a capacidade militar do Brasil com sua projeção política e econômica. Estão na ordem do dia os estudos sobre as possibilidades de agressão ao país, a escolha de novos meios para as Forças, as diretrizes para acordos de cooperação internacional, as tendências do comércio de armas, a busca de autonomia tecnológica, o tamanho das corporações, a redistribuição espacial dos efetivos e a reforma do ensino militar.

Corporações armadas não declinam de veleidades autárquicas, mesmo que em prejuízo da eficácia e da economia de recursos públicos. O militar brasileiro resiste à cultura de integração de esforços. Por décadas, cada corporação exigiu um ministério para si e apenas há quatro anos foi criado, no âmbito do Ministério da Defesa, o Estado-Maior Conjunto.

Não estão disponíveis estudos que demonstrem que a atual estrutura de gastos em Defesa é a melhor ou se há desperdícios resultantes de sobreposição de propósitos. A possibilidade de conjugação de serviços das corporações é sempre objetada pela arguição enfática de suas especificidades. A ideia de uma Universidade da Defesa que contemple necessidades comuns e específicas das corporações não é alvitrada. A possibilidade de convivência construtiva entre as escolas e as instituições de pesquisas e ensino militar não são examinadas a fundo.

Tratando-se de Estados sem autonomia para equipar seus instrumentos de força, a ausência de um contingente acadêmico especializado acarreta problema sobremaneira grave: diretrizes estratégicas e formulações concernentes ao aparelho militar tendem a incorporar pressupostos, premissas

e conceitos emanados de potências hegemônicas que, de longa data, formaram quadros civis especializados. Compras militares chegam aos clientes amarradas com fios políticos.

Universidades aptas a tratar de temas da Defesa ajudariam a viabilizar reformas no ensino militar. O ensino militar moderno tem um pé na corporação e outro na academia civil. No Brasil, esse ensino guarda resquícios do século XIX: há oficiais que sempre viveram em ambiente castrense e não percebem a potencialidade da esfera acadêmica civil em matéria de Defesa. Se a formação do militar contemplar a passagem pela escola civil, os comandantes seriam melhor preparados para compreender os fundamentos e a dinâmica das relações sociais; estariam melhor sintonizados com a rica heterogeneidade brasileira.

CONFIGURAÇÃO DOS ESTUDOS DE DEFESA

A ideia de designar os Estudos de Defesa como “Estudos Estratégicos” foi vencida na fundação da ABED, em 2005. Trata-se de uma designação impregnada de sentido doutrinário; prejudica a definição da área. O termo “estratégico” integra a cultura castrense desde que os gregos o criaram para identificar a antevisão do encarregado de conceber a conciliação entre os meios e os fins da ação armada, ou seja, do “grande comandante”. Na modernidade, o termo caracteriza a doutrina orientadora da concepção e do emprego da força, sendo escorado em princípios atemporais.

Em línguas francas, uma formulação “estratégica” compreende amplo espectro de problemas e estica a análise para os prazos médio e longo. Mundo afora há centros de “estudos estratégicos” pesquisando e refletindo. Estudos que subsidiem o planejamento econômico, programas de política científica e de política externa, dentre outros, são tidos como “estratégicos”. Empresas em busca de percepções de longo alcance financiam prospecções adjetiváveis como “estratégicas”. Desde Lenin, a militância comunista toma as lutas políticas conjunturais como de natureza “tática” e o socialismo como “objetivo estratégico”.

No Brasil, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) é ancorada ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, criado em 1964 para alimentar o “Brasil Grande”. Mais recentemente surgiu, com apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Centro Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). O termo “estratégico” está banalizado, serve para caracterizar estudos variados, iniciativas governamentais, programas político-partidários e projetos

de investimento de ampla repercussão, sem vinculações obrigatórias com a organização e a projeção da força armada.

O uso militar da expressão têm sentido inequivocamente doutrinário. Por “doutrina”, cabe entender um conjunto de preceitos fundados em dogmas e premissas balizadoras da unidade de pensamento e ação. A diferença entre a formulação da doutrina e o trabalho científico é que a primeira deve ser assimilada sem questionamento de premissas e paradigmas; a ciência é movida pela discussão livre de primados, conceitos e métodos e seus resultados estão permanentemente sujeitos à revisões.

Estudos desenvolvidos por militares são orientados para a atividade-fim de suas organizações, que é o preparo para a guerra; baseiam-se em noções aceitas como verdadeiras no meio militar, mas não obrigatoriamente validadas no mundo acadêmico. Não é de índole militar o estudo com outra finalidade que não a imposição da vontade do poder pelo emprego da força. Epistemologicamente, saberes produzidos por acadêmicos e militares não são os mesmos. Esta condição ficou explícita no Artigo 3º da Portaria nº 734, de 19 de agosto de 2010 na qual o Comandante do Exército brasileiro definiu como finalidade das Ciências Militares

a formulação da Doutrina Militar Terrestre, o avanço do conhecimento em Defesa e a preparação de líderes militares, de pesquisadores, de planejadores e de gestores dos recursos colocados à disposição da Instituição para o cumprimento de sua missão constitucional, em tempo de paz e de guerra.

Sublinhando: as Ciências Militares têm finalidade doutrinária e a formação de quadros para gerir a força militar. Tais Ciências são conceituadas, no instrumento legal mencionado, como

sistema de conhecimentos relativos à arte bélica, obtido mediante pesquisa científica, práticas na esfera militar, experiência e observação dos fenômenos das guerras e dos conflitos, valendo-se da metodologia própria do ensino superior militar.

O Comandante refere-se a “pesquisa científica”, mas delibera que as Ciências Militares só podem ser desenvolvidas por militares e demandam práticas, experiência, observação e metodologia própria do ensino superior militar. Obviamente, há uma inadvertência no uso da expressão “pesquisa científica”.

O acadêmico pode oferecer cabedais aos militares, mas não lhe compete formular doutrinas orientadoras de atividades ou funções. Excluo, certamente, os intelectuais organicamente a serviço do Estado cujas obras constituem por si objeto de estudo do acadêmico.

Nesse ponto, registro uma diferença entre os Estudos de Defesa e as Relações Internacionais que tomam usualmente os grandes formuladores das orientações das potências hegemônicas como matrizes teóricas. O ensino de Relações Internacionais no Brasil tem replicado as ideias formuladas nas academias anglo-saxãs em detrimento das teorizações das Ciências Sociais. Diferentemente, os que se dedicam aos Estudos de Defesa, mostram perfis variados: muitos atuam em áreas como a História, Sociologia, Antropologia, Geografia, Psicologia e Ciência Política. A maioria das pesquisas desenvolvidas no Brasil por especialistas em Relações Internacionais guardam mais afinidade epistemológica com a grande área das Ciências Sociais Aplicadas do que com as Ciências Humanas e Sociais.

Objetos de estudo de especialistas em Defesa e especialistas em Relações Internacionais podem se aproximar e até, eventualmente, ser os mesmos. Em qualquer caso, em vista das posições firmadas no mundo acadêmico, as perspectivas de análise precisam ser distintas: os Estudos de Defesa devem afastar o viés dos ideólogos das potências hegemônicas e observar os vínculos entre o militar e a sociedade, que não estão no foco dos especialistas em Relações Internacionais. Acalanto a esperança de apanágio diferente para o ensino de Relações Internacionais. Quando isso ocorrer, as duas especialidades dialogarão com melhor proveito.

Quanto aos militares intelectuais que por dever de ofício orientam suas corporações, é natural que se amparem em premissas doutrinárias, quaisquer que sejam suas propensões e talentos para o estudo e a reflexão aprofundada. O apego às doutrinas decorre da necessidade de forjar a unidade de pensamento indispensável à hierarquia, à disciplina e ao desempenho operacional. A unidade de doutrina é indispensável no aparelho militar moderno. Cientistas sociais, contrariamente, se exercitam na controvérsia. Se o empenho em formulações doutrinárias preponderar na academia civil, a reflexão empacará; a natureza doutrinária do pensamento militar, posta em questão, afetará negativamente a organização militar. A cultura militar agasalha o alcance da “verdade histórica”; o cientista social a questiona como categoria.

Atualmente, as Forças Armadas brasileiras se empenham no reconhecimento acadêmico das Ciências Militares. A Portaria mencionada estabelece

que estas Ciências Militares seriam integradas à

Grande Área do Conhecimento da Defesa e incluídas no rol das ciências estudadas no Brasil, resguardados os aspectos bélicos exclusivos das Forças Armadas, conforme homologação do Ministro da Educação.

Soa estranho uma autoridade militar definir “áreas do conhecimento”. Esta “Grande Área” na verdade é composta de conhecimentos técnicos direcionados à concepção e operacionalização dos aparelhos militares. Admitindo que as Ciências Militares se aproximem das Ciências Humanas, como validá-las, posto que não se fundam na avaliação pelos pares nem compreendem a autonomia de cátedra?

A definição dos Estudos da Defesa torna-se mais complexa com a organização de programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES, experiência que deve ser observada com atenção. Até onde as corporações militares podem acatar práticas do mundo acadêmico civil? Os programas com áreas de concentração em temáticas vinculadas as Ciências Políticas e as Relações Internacionais representam uma novidade intrigante. No que diz respeito às Ciências Exatas, a questão não se coloca: há muito é reconhecida as excelências do ITA e do IME.

Por Estudos de Defesa entendo as atividades acadêmicas que tenham como objeto principal os instrumentos de força à disposição do Estado, as políticas públicas voltadas para a defesa militar e os temas que lhes são diretamente relacionados. Esses estudos devem integrar a grande área das ciências humanas e sociais, quaisquer que sejam suas interfaces e sobreposições com outras áreas do conhecimento. Pesquisas desenvolvidas por engenheiros, biólogos, metalurgistas, especialistas em eletrônica, cibernética etc, não se enquadram nos Estudos de Defesa, malgrado o interesse que possam apresentar para as organizações militares.

Salvo engano, este entendimento reflete aquilo que tem sido apresentado nos Encontros Nacionais da ABED, onde ainda há lacunas temáticas significativas. É uma definição que mostra onde estamos.

Julgo impróprio dizer que estudamos a “Defesa Nacional”. Sistemas defensivos são estabelecidos em função uns dos outros. Pesquisas sobre aparelhos e doutrinas militares de outros países são determinantes para a defesa do Brasil e devem ser tidos como Estudos de Defesa. Ademais, tal adjetivação sugere eventual subordinação aos desígnios do Estado. Expressões como “interesse nacional” e “objetivo nacional” são imprecisas:

indicam interesse e objetivo da sociedade ou do Poder?

Os contornos dos Estudos de Defesa estão sendo estabelecidos e é possível fixar, entre seus temas preferenciais, a concepção, estruturação e funcionamento das organizações e sistemas militares; as estratégias e doutrinas; a Geopolítica e a dinâmica política internacional; conceitos como “guerra”, “paz”, “segurança”, “terror”, “ordem mundial” e “ameaças”; os programas de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação para a Defesa; a base industrial e a logística de Defesa; a História Militar; a Antropologia, Sociologia e Psicologia das organizações militares e de seus integrantes; o ensino militar; a Justiça e a ética militares; as alianças, acordos, conflitos e formação de blocos internacionais; as missões de paz de organizações supranacionais; o emprego das Forças Armadas na defesa civil e na garantia da Lei e da Ordem, entre outros.

É longa, acidentada e movida pelo contraditório a definição das áreas do conhecimento científico. O que apresento aqui não é um ponto de vista “fechado”. O grande momento da vida acadêmica é quando ocorrem mudanças de pontos de vista. Cabe a ABED favorecer a renovação do pensamento.

NOTAS

1. Resumo pontos de vista que apresentei “Defesa e Segurança como área do conhecimento científico” em “Tensões Mundiais”, v. 3, p. 51-64, 2006. Reproduzo também passagens de uma palestra proferida na Escola Superior de Guerra em 2013 e em eventos organizados pela ABED assim como em artigo publicado no “Jornal da Ciência”, da SBPC.
2. Concluídos os trabalhos da Comissão, a conjuntura política não favoreceu a sua publicação. O Ministério da Ciência e Tecnologia quis evitar arranhões na sensibilidade de corporações acadêmicas. A TAC no Brasil persiste basicamente a mesma dos tempos da ditadura militar; os retoques que sofreu acentuaram suas incongruências.
3. Aqui resumo elementos do ensaio “O Militar e a Civilização” (“Tensões Mundiais”, v. 1, nº 1, 2005).
4. Cf. “O Militar e a Civilização” e na coletânea “O Militar e a Ciência no Brasil”, Rio de Janeiro, Gramma, 2010.